

HABEAS CORPUS Nº 488.636 - SC (2019/0005867-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

**IMPETRANT : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
E**

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE : MARCOS RODRIGUES DE FIGUEREDO JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS RODRIGUES DE FIGUEREDO JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina que denegou o *writ* na origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* foi assim ementado (fl. 75):

HABEAS CORPUS - RECEPÇÃO (CP, ART. 180, CAPUT) - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA INDEFERIDO NA ORIGEM - EXISTÊNCIA DO CRIME E PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (CPP, ART. 312) - PERICULUM UBERTATIS EVIDENCIADO - PACIENTE COM HISTÓRICO CRIMINAL DESABONADOR - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP - INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - HIPÓTESE RESSALVADA PELO PRÓPRIO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (CF, ART. 5º, LXI) - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE - ORDEM DENEGADA.

O impetrante argumenta, em suma, a nulidade do acórdão impugnado, porquanto aduz que neste não foi enfrentada a tese da ilegalidade da prisão cautelar com esteio no art. 313 do CPP. Argumenta, ainda, a ausência dos requisitos do art. 312 da mesma lei processual, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a anulação do aresto combatido por julgamento *citra petita*.

O paciente foi preso em flagrante em 5/12/2018, posteriormente convertido em preventiva, e denunciado pela prática do delito tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às fls. 143/173.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

Na origem, o processo n. 0002171-17.2018.8.24.0078, oriundo da 2ª Vara de Urussanga/SC, encontra-se na fase de apresentação de memoriais, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 12/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto preventivo assim dispôs (fl. 53):

[...].O réu foi preso numa das situações legais que configuram a prisão em flagrante (logo após o cometimento do fato), com o objeto furtado. Os documentos das fls. 05 e 15 demonstram a materialidade do crime. Sobre a autoria, há indícios de que o autor possa realmente ter cometido algum crime, seja receptação, seja outro mais grave (há possibilidade de ele ter participado do furto do veículo, o que justificaria o preenchimento do requisito legal vinculado a quantidade de pena). Trata-se de conduzido com antecedentes criminais em crime contra o patrimônio, inclusive atos infracionais desde a sua adolescência e conhecido das autoridade policiais locais pelo convívio no meio criminoso. Assim, a conversão da prisão em preventiva serve para a preservação da ordem publica e para que se evite a reiteração criminosa. III. DISPOSITIVO. Ante o exposto, CONVERTO a prisão em preventiva.[...].

Com efeito, o crime imputado ao paciente, receptação – art. 180, *caput*, do Código Penal –, possui pena máxima igual a quatro anos, o que obsta a decretação da mais gravosa cautelar penal, *ex vi* do disposto no art. 313, I do CPP, salvo a ocorrência de reincidência, que permitiria a constrição com base no inciso II do referido dispositivo, o que não é o caso dos autos, conforme os documentos de fls. 44-51.

A respeito do tema, confira-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. PRISÃO PREVENTIVA. RECEPTAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA. FALTA DO REQUISITO OBJETIVO PREVISTO NO ART. 313, I DO CPP. ILEGALIDADE. PRESENÇA. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO, COM EXTENSÃO AOS CORRÉUS DA AÇÃO PENAL.

1. In casu, o decreto de prisão não traz qualquer motivação do caso concreto, fazendo referência à gravidade do delito em abstrato ou de genérica regulação da prisão preventiva, bem como sustenta a medida pela presença de indícios de autoria e materialidade, o que indica a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

2. Obsta a manutenção da constrição cautelar o fato dos acusados terem

sido denunciados pela prática do crime tipificado no art. 180, caput, do Código Penal cuja pena máxima é de 4 anos inatendido, portanto, o requisito objetivo previsto no art. 313, I do CPP.

3. Havendo identidade fático-processual do paciente e corréus da ação penal, na medida em que a fundamentação do decreto prisional é comum, sem que tenham sido apontados quaisquer elementos subjetivos aptos a obstar a aplicação do art. 580 do CPP, deve o referido dispositivo ser aplicado de ofício para soltura dos acusados.

4. *Habeas corpus* concedido, para soltura do paciente EDUARDO VILELA DA SILVA, e, de ofício, aplicação o artigo 580 do CPP para estender a ordem de soltura aos corréus da ação penal MARCO ANTONIO FARDIN e GEORGES SAMIR EL CHAWICHE, o que não impede nova e fundamentada decisão cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual, por decisão devidamente fundamentada. (HC 389.328/SP, por mim relatado, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017.)

Logo, não se tendo no tema, acerca do não preenchimento do requisito objetivo previsto no art. 313, I, do CPP, divergência na Sexta Turma deste Tribunal, reconheço a ilegalidade arguída.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente, MARCOS RODRIGUES DE FIGUEREDO JUNIOR, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator